

CASAMENTOS PREMATUROS

Moçambique e RAS nas estratégias de luta

n LUÍSA JORGE, em Pretória

ORGANIZAÇÕES da sociedade civil de Moçambique e da África de Sul que lutam pelos Direitos Humanos das raparigas e mulheres estão reunidas desde ontem, na cidade sul-africana de Pretória, para a troca de experiências com vista à elaboração de estratégias de luta contra os casamentos prematuros.

O evento, que termina hoje, foi organizado pelo Centro dos Direitos Humanos da Universidade de Pretória, com o objectivo de trazer as diferentes sensibilidades das organizações que advogam sobre a violação dos direitos da rapariga e da mulher em África com vista a criar estratégias de combate a este mal no Continente Africano.

A abertura da conferência foi presidida pelo comissário e docente de Direitos Humanos na

Universidade de Pretória, Michel Hansugule, que trouxe um retrato da situação de violação dos Direitos Humanos das raparigas e mulheres em África.

De acordo com o activista, a mulher africana ainda não conquistou autonomia para decidir por si sobre o seu destino. Refereu que ainda existem vários factores socio-culturais que a impedem de progredir. Para sustentar esta tese, Hansugule trouxe a realidade de diferentes países, sustentando

que cada tribo possui seus costumes e tradições, o que, na sua óptica, faz com que o modo de violação dos direitos que assistem as raparigas seja diferente de região para região.

"Em África, por exemplo, a mulher quando casa tradicionalmente não está a casar com o seu marido apenas, mas sim com um grupo. Por isso muitas vezes quando o seu marido morre é obrigada pela família do malogrado a tornar-se mulher do irmão ou primo. Ela é obrigada a assumir este e deitar-se com o mesmo para, segundo eles, purificar a casa", explicou o activista dos Direitos Humanos.

Ao longo do debate à volta dos casamentos precoces as diferentes organizações africanas mostraram que um outro factor que se deve ter em conta na luta contra este mal é o crescente número de raparigas que abandonam a escola.

Falando aos presentes sobre a sua experiência na província de Nampula, Henriqueta Paulo, representante da Visão Mundial, referiu que aquela organização assistiu no ano passado mais de 200 crianças que acabavam de ser submetidas a ritos de iniciação.

"A nossa intenção no momento é criar condições para que as

raparigas que são levadas para estes rituais não se deixem desvirtuar da sua realidade de criança", afirmou.

De acordo com a nossa interlocutora, os ritos têm trazido consequências negativas no aproveitamento escolar das visadas.

Entretanto, algumas organizações que actuam na África do Sul afirmaram estar a alcançar algum sucesso no trabalho realizado com os líderes comunitários, contudo ainda existem desafios, uma vez ser um país onde casamentos tradicionais com mais de uma mulher são frequentes.

Ainda ao longo dos dois dias, os dois países vão falar do papel das lideranças religiosas e comunitárias na erradicação deste mal.

Na conferência estão presentes organizações moçambicanas, como o Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), a Visão Mundial, a Coligação das Religiões de Moçambique (COREM), a Comissão dos Direitos Humanos, a Girls Move, para além da representação do UNICEF.

Da parte sul-africana participam organizações como a Sonke Gender Justice, o Centro dos Direitos Humanos da Universidade da Cidade do Cabo, o Secretariado dos Direitos Humanos da Commonwealth e líderes comunitários.



Kot Juan
Sociedade
07.05.2016
05
29.728